

**MATÉRIA EM REGIME DE
URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**
Data 17 / 04 / 23
Rogério R. dos Santos
visto
Rogério R. dos Santos
Diretor Legislativo
Port.: 206/2021



Estado de Mato Grosso
MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL 2021/2024
GABINETE DO PREFEITO
Rua das Oliveiras, 135 – CPAG – B. Jardim Vitória

**CÂMARA MUNICIPAL DE
GUARANTÃ DO NORTE-MT**
PROTOCOLO Nº 930 / 2023
DATA 13 / 04 / 2023
Rogério R. dos Santos
Diretor Legislativo
Port.: 206/2021

**MATÉRIA EM REGIME DE
URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**
Data 17 / 04 / 23
Rogério R. dos Santos
visto
Rogério R. dos Santos
Diretor Legislativo
Port.: 206/2021

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 039/2023
DE 11 DE ABRIL DE 2023.

**“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL NA
FORMA DO INCISO X, DO ART. 37, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AO
VENCIMENTO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

**ÉRICO STEVAN GONÇALVES, PREFEITO
MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO
CONFERIDAS EM LEI,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL
APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE
LEI:**

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual ao vencimento dos servidores públicos efetivos, com o escopo de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, no percentual de 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), acumulado no intervalo de tempo compreendido entre janeiro de 2022 a dezembro de 2022, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, a ser pago em maio de 2023.

Parágrafo Único - Estão excluídos do reajuste que trata o *caput* deste artigo os servidores públicos do Poder Executivo Municipal, ocupantes dos cargos de provimento em comissão, agentes políticos e aos profissionais da educação.

ARTIGO 2º. Para efeitos desta Lei, entende-se por vencimento a retribuição básica fixada em Lei, excluídas as vantagens pecuniárias porventura existentes.

ARTIGO 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Estado de Mato Grosso
MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL 2021/2024
GABINETE DO PREFEITO
Rua das Oliveiras, 135 – CPAG – B. Jardim Vitória

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarantã do
Norte/MT, aos 11 dias do mês de abril do ano de 2023.


ÉRICO STEVAN GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Mato Grosso
MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL 2021/2024
GABINETE DO PREFEITO
Rua das Oliveiras, 135 – CPAG – B. Jardim Vitória

Guarantã do Norte/MT, 11 de abril de 2023.

MENSAGEM DO PL nº 039/2023.

REFERENTE: PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 039/2023

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES (AS) VEREADORES (AS),**

Apraz-nos encaminhar a Vossas Excelências para exame e indispensável aprovação o incluso Projeto de Lei nº. 039/2023, de nossa iniciativa, que em súmula: **“Concede revisão geral anual na forma do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, ao vencimento dos servidores públicos efetivos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências”.**

O presente Projeto de Lei visa realização da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Guarantã do Norte/MT, visando a adequação do vencimento dos servidores municipais (descritos nos art. 1º e 2º do presente Projeto de Lei).

O valor da Revisão Geral Anual será de concedido de acordo com o índice acumulado do INPC/IBGE sendo concedido o mesmo valor da revisão a todos os servidores indistintamente, conforme disposto expressamente na Constituição Federal, em seu Art. 37, inciso X, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”;

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis que a matéria ora encaminhada seja analisada e estudada, EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL,

Página 3 de 4





Estado de Mato Grosso
MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL 2021/2024
GABINETE DO PREFEITO
Rua das Oliveiras, 135 – CPAG – B. Jardim Vitória

bem como obtenha deliberação favorável em sua íntegra, tendo em vista a necessidade de revisão no primeiro mês do exercício.

Diante disso, apresentamos este Projeto de Lei para aprovação, antecipando nossos agradecimentos pelo voto favorável dos Nobres Edis, reiterando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ÉRICO STEVAN GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Fechar Pub

VALOR
Consulting

Faça aqui uma busca em nosso site.

Buscar

MENU

IPI = R\$ 7.507,49 (Abr/23) | ICV (DIEESE) = 0,00% (Mar/23) | IPP (IBGE) = -0,30% (Fev/23) | CUB c/ des/ção (SindusCon) = -0,19% (Mar/23) | IPA-10 (FGV) = -0,07% (Ma

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ocorre sempre no 1º decêndio do mês seguinte ao da coleta dos dados. Abaixo relacionamos todas as taxas do INPC publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de abril de 1979 a março de 2023 (índice de abril de 2023 não divulgado pelo IBGE até a presente data), dividido em 3 colunas, sendo: (i) o índice válido num dado mês de referência; (ii) o acumulado em cada ano e; (iii) o acumulado nos 12 meses anteriores ao INPC do mês de referência. Mais uma vez a Valor Consulting trazendo material de qualidade aos leitores!

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Mês/Ano	Índice do mês (em %)	Acumulado no ano (em %)	Acumulado últimos 12 meses (em %)
Abr/2023	Índice será publicado apenas em 12/05/2023.		
Mar/2023	0,64	1,8814	4,3611
Fev/2023	0,77	1,2335	5,4706
Jan/2023	0,46	0,4600	5,7114
Dez/2022	0,69	5,9324	5,9324
Nov/2022	0,38	5,2064	5,9744
Out/2022	0,47	4,8082	6,4601
Set/2022	-0,32	4,3179	7,1912
Ago/2022	-0,31	4,6528	8,8258
Jul/2022	-0,60	4,9782	10,1248
Jun/2022	0,62	5,6119	11,9196
Mai/2022	0,45	4,9611	11,8973
Abr/2022	1,04	4,4909	12,4655
Mar/2022	1,71	3,4154	11,7308
Fev/2022	1,00	1,6767	10,7971
Jan/2022	0,67	0,6700	10,5996
Dez/2021	0,73	10,1602	10,1602
Nov/2021	0,84	9,3618	10,9585
Out/2021	1,16	8,4508	11,0796
Set/2021	1,20	7,2072	10,7831
Ago/2021	0,88	5,9360	10,4218
Jul/2021	1,02	5,0119	9,8526
Jun/2021	0,60	3,9516	9,2219
Mai/2021	0,96	3,3316	8,8962
Abr/2021	0,38	2,3491	7,5911
Mar/2021	0,86	1,9616	6,9373
Fev/2021	0,82	1,0922	6,2163
Jan/2021	0,27	0,2700	5,5315
Dez/2020	1,46	5,4473	5,4473



Mes/Ano	Índice do mês (em %)	Acumulado no ano (em %)	Acumulado últimos 12 meses (em %)
Mai/2020	-0,25	0,0590	2,0507
Abr/2020	-0,23	0,3097	2,4599
Mar/2020	0,18	0,5410	3,3123
Fev/2020	0,17	0,3603	3,9208

Primeira 1 2 3 4 Última



Ajude o Portal

Tudo que é publicado nesse Portal é de livre acesso e gratuito, a ajuda que recebemos dos leitores é uma das poucas fontes de renda que possuímos.

Devido aos altos custos, estamos com dificuldades em manter o Portal no ar, assim, ficaremos muito gratos se puder ajudar. Abaixo dados para doações via pix:

Chave Pix: pix@valor.srv.br

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Calendário de divulgação do INPC:

Abaixo listamos o calendário de divulgação, mês à mês, do INPC para que você possa planejar sua visita ao Portal para se atualizar com a taxa divulgada pelo órgão responsável por sua atualização mensal. É a Valor Consulting buscando sempre lhe ajudar no dia-a-dia... Força, foco e fé!

01/2023	02/2023	03/2023	04/2023	05/2023	06/2023	07/2023	08/2023	09/2023	10/2023	11/2023	12/2023
09/02/2023	10/03/2023	11/04/2023	12/05/2023	07/06/2023	11/07/2023	11/08/2023	12/09/2023	11/10/2023	10/11/2023	12/12/2023	11/01/2024

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Procurando um laptop?
R\$ 900

Inspiron 15 5000

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC):

Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias brasileira cuja pessoa de referência é assalariada em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), as quais são: regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande.

O SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, domicílios (para verificar valores de aluguel), concessionárias de serviços públicos e *internet* e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30/31 do mês de referência. Os preços obtidos são os efetivamente cobrados do consumidor, para pagamento à vista.

São considerados 9 grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; transportes e vestuário. Eles são subdivididos em outros itens. Ao todo, são consideradas as variações de preços de 465 subítemos.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

✕

Carros Recuperados de Bancos

Leilão de Veículos Abaixo da Tabela Fipe Confira Nossas Ofertas Cadastre-se em Nosso Site.

pracaearrematante.org

Visite

Resumo dos indicadores econômicos e financeiros								Resumo dos indicadores econômicos e financeiros						
Órgão	Indicador	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23
Indicadores Econômicos (em porcentagem)														
Indicadores Econômicos (em porcentagem)														
DIEESE	ICV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FGV	IVAR	0,82	0,59	-0,31	1,05	1,76	-0,02	0,10	-0,36	-1,19	4,20	1,06	0,97	
FGV	IPC-M	1,53	0,35	0,71	-0,28	-1,18	-0,08	0,50	0,64	0,44	0,61	0,38	0,66	
FGV	IPC-DI	1,08	0,50	0,67	-1,19	-0,57	0,02	0,69	0,57	0,35	0,80	0,34		
FGV	IPC-10	1,67	0,54	0,72	0,42	-1,56	-0,14	0,17	0,67	0,58	0,47	0,55	0,47	
FGV	IPA-M	1,45	0,45	0,30	0,21	-0,71	-1,27	-1,44	-0,94	0,47	0,10	-0,20	-0,12	
FGV	IPA-DI	0,19	0,55	0,44	-0,32	-0,63	-1,68	-1,04	-0,43	0,32	-0,19	-0,04		
FGV	IPA-10	2,81	-0,08	0,47	0,57	-0,65	-1,18	-1,44	-0,98	0,31	-0,06	-0,14	-0,07	
FGV	INCC-M	0,87	1,49	2,81	1,16	0,33	0,10	0,04	0,14	0,27	0,32	0,21	0,18	
FGV	INCC-DI	0,95	2,28	2,14	0,86	0,09	0,09	0,12	0,36	0,09	0,46	0,05		
FGV	INCC-10	1,17	0,74	3,29	1,26	0,74	-0,02	0,01	0,19	0,36	0,14	0,33	0,12	
FGV	IGP-M	1,41	0,52	0,59	0,21	-0,70	-0,95	-0,97	-0,56	0,45	0,21	-0,06	0,05	
FGV	IGP-DI	0,41	0,69	0,62	-0,38	-0,55	-1,22	-0,62	-0,18	0,31	0,06	0,04		
FGV	IGP-10	2,48	0,10	0,74	0,60	-0,69	-0,90	-1,04	-0,59	0,36	0,05	0,02	0,05	
FIPE	IPC	1,62	0,42	0,28	0,16	0,12	0,12	0,45	0,47	0,54	0,63	0,43	0,39	
IBGE	IPP	2,08	1,81	1,01	1,13	-3,04	-1,89	-0,86	-0,62	-1,26	0,29	-0,30		
IBGE	IPCA-15	1,73	0,59	0,69	0,13	-0,73	-0,37	0,16	0,53	0,52	0,55	0,76	0,69	
IBGE	IPCA	1,06	0,47	0,67	-0,68	-0,36	-0,29	0,59	0,41	0,62	0,53	0,84	0,71	
IBGE	INPC	1,04	0,45	0,62	-0,60	-0,31	-0,32	0,47	0,38	0,69	0,46	0,77	0,64	
SindusCon	CUB s/ des/ção	0,71	4,13	2,22	0,73	-0,01	-0,06	0,04	0,15	0,17	-0,06	0,00	-0,18	
SindusCon	CUB c/ des/ção	0,76	3,99	2,17	0,70	-0,02	-0,07	0,04	0,15	0,18	-0,07	0,00	-0,19	
Indicadores Financeiros (em porcentagem)														
Indicadores Financeiros (em porcentagem)														
Bacen	Poupança	0,5558	0,6671	0,6491	0,6639	0,7421	0,6814	0,6501	0,6515	0,7082	0,7091	0,5834	0,7404	
Bacen	TBF	0,8159	0,9776	0,9496	0,9844	1,0929	1,0020	0,9506	0,9519	1,0489	1,0398	0,8536	1,0912	
Bacen	TJLP	0,5683	0,5683	0,5683	0,5842	0,5842	0,5842	0,6000	0,6000	0,6000	0,6142	0,6142	0,6142	0,6067
Bacen	TR	0,0555	0,1663	0,1484	0,1631	0,2409	0,1805	0,1494	0,1507	0,2072	0,2081	0,0830	0,2392	
Cetip	CDI	0,8343	1,0346	1,0153	1,0349	1,1694	1,0720	1,0207	1,0207	1,1233	1,1233	0,9181	1,1747	
RFB	Selic	0,83	1,03	1,02	1,03	1,17	1,07	1,02	1,02	1,12	1,12	0,92	1,17	
Indicadores diversos (em Reais)														
Indicadores diversos (em Reais)														
Bacen	UPC	23,59	23,59	23,59	23,67	23,67	23,67	23,81	23,81	23,81	23,93	23,93	23,93	
Federal	Mínimo	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.302,00	1.302,00	1.302,00	1.302,00

Resumo dos indicadores econômicos e financeiros							Resumo dos indicadores econômicos e financeiros							
Órgão	Indicador	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23
	Dólar dos EUA (USD)	0,00000	4,72830	5,23740	5,18780	5,17840	5,40600	5,25640	5,29350	5,21710	5,09870	5,20720	5,07980	5,08280
	Dólar canadense (CAD)	0,00000	3,73990	4,06910	4,05200	3,95480	3,93020	3,85310	3,90430	3,85420	3,82010	3,82520	3,75530	3,75500
	Euro (EUR)	0,00000	5,07300	5,48300	5,29100	5,21000	5,28870	5,19490	5,45070	5,56660	5,53670	5,52170	5,52170	5,50920
	Iene japonês (JPY)	0,00000	0,03678	0,03860	0,03894	0,03733	0,03735	0,03536	0,03794	0,03957	0,03921	0,03823	0,03826	0,03800
	Libra esterlina (GBP)	0,00000	5,96900	6,37080	6,31870	6,02820	6,01800	6,05220	6,30460	6,27670	6,27340	6,30380	6,28170	6,28030
	Peso argentino (ARS)	0,00000	0,03935	0,04183	0,03953	0,03733	0,03670	0,03350	0,03165	0,02951	0,02728	0,02641	0,02431	0,02383
	Ver outras moedas (...)													
	Ver outras moedas (...)													

ACOMPANHE AS ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES

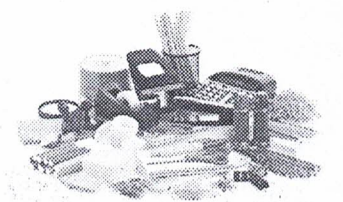


Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)

No presente Roteiro de Procedimentos analisaremos todos os procedimentos relacionados à geração e entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), obrigação acessória a ser entregue à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para confessar e informar os tributos e contribuições federais que são apurados pela pessoa jurídica por meio de programas geradores específicos. Para tanto, utilizaremos como fonte principal de estudo (...)

Roteiro de Procedimentos atualizado em: 25/03/2023.

Área: IRPJ e CSLL

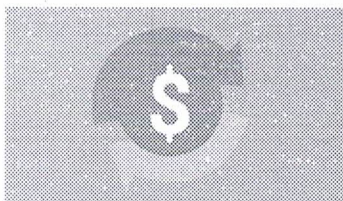


Material de uso e/ou consumo

Analisaremos no presente Roteiro de Procedimentos o tratamento fiscal aplicável às operações realizadas com mercadorias destinadas ao uso e/ou consumo do contribuinte adquirente. Para tanto, utilizaremos como base de estudo as disposições do Regulamento do ICMS (RICMS/2000-SP), aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), que dispõe sobre o ICMS a nível nacional, bem como outras fontes citadas ao longo do trabalho. (...)

Roteiro de Procedimentos atualizado em: 20/03/2023.

Área: ICMS São Paulo



Reforma tributária terá regra de transição de 20 anos

A reforma tributária terá uma regra "suave" de transição de 20 anos, disse, nesta terça-feira (28), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em discurso na Marcha em Defesa dos Municípios, ele afirmou que esse prazo evitará que as prefeituras percam recursos. Haddad defendeu a urgência de aprovação da reforma tributária, citando o alto volume de processos judiciais em torno de disputas que envolvem impostos no país. "[Existe uma] briga para pagar (...)"

Notícia postada em: 29/03/2023.

Área: Tributário Federal (Assuntos gerais sobre tributação)

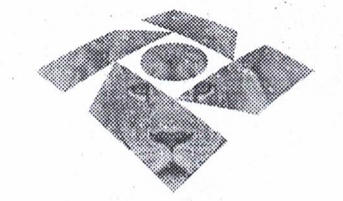


Financiou imóveis ou outros bens em 2022? Veja como declarar no imposto de renda

Os financiamentos imobiliários com caderneta de poupança e FGTS somaram R\$ 240,8 bilhões em 2022 e tiveram o segundo melhor resultado da série histórica, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Quem decidiu investir em imóveis no ano passado e contribuiu para essa soma agora precisa declarar a aquisição do imóvel à Receita Federal por meio da declaração de imposto de renda – o que também val (...)

Notícia postada em: 16/03/2023.

Área: Tributário Federal (Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF))



IR 2023: inclusão de idosos como dependentes exige cuidado na hora declarar

Uma das possibilidades para ampliar as deduções na hora declarar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) é a inclusão de dependentes idosos, opção que exige atenção redobrada, pois, ao invés de reduzir o imposto a pagar ou aumentar a restituição a receber, a relação de pais, avós e bisavós como dependentes na declaração pode ter o efeito contrário. Por lei, é permitido incluir pais, avós e bisavós que tenham recebido rendimentos – tributada (...)

Notícia postada em: 16/03/2023.

Área: Tributário Federal (Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF))



Prazo máximo para renovação do contrato de locação comercial é de cinco anos

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que, independentemente do prazo de vigência inicial do contrato de locação comercial, a renovação deverá ter o máximo de cinco anos e poderá ser requerida novamente pelo locatário ao final do período. "Permitir a renovação por prazos maiores, de dez, quinze, vinte anos,



Motorista de ônibus de Goiânia receberá horas extras por atividades feitas no trajeto da viagem

O tempo despendido no exercício das atividades de checklist, abastecimento, embarque e desembarque de passageiros é tempo de trabalho efetivo e deve ser remunerado como extraordinário quando ultrapassada a jornada legal. Essa foi a decisão da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) no julgamento de um recurso ordinário de um motorista de ônibus. Ele questionou a sentença do Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Goiânia (GO) que havia (...)

Notícia postada em: 13/03/2023.

Área: Judiciário (Direito trabalhista)

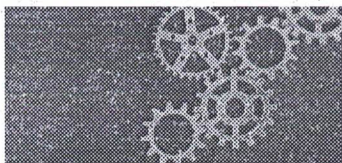


Empresa gaúcha deve manter plano de saúde de auxiliar de serviços gerais aposentada por invalidez

A Quarta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) determinou o restabelecimento do plano de saúde de uma auxiliar de serviços gerais aposentada por invalidez. A decisão manteve a sentença do juiz Vinícius de Paula Löblein, da Vara do Trabalho de Carazinho. Além da restituição do benefício, ela deverá receber indenização de R\$ 5 mil, por danos morais, em razão da suspensão indevida. Em caso de não cumprimento, a multa diária foi fix (...)

Notícia postada em: 13/03/2023.

Área: Judiciário (Direito trabalhista)

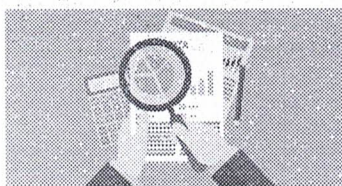


Drawback interno

Examinaremos no presente Roteiro de Procedimentos a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) previsto para compras de insumos no mercado nacional destinados à industrialização de produtos a serem exportados posteriormente, incentivo fiscal conhecido no mundo tributário como Drawback interno. (...)

Roteiro de Procedimentos atualizado em: 20/03/2023.

Área: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

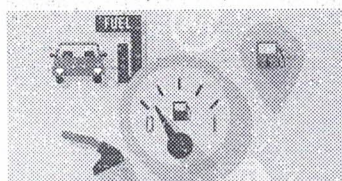


Receita de prestação de serviços

No presente Roteiro de Procedimentos demonstraremos como contabilizar as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como dos tributos incidentes nessa prestação. Para tanto, utilizaremos os princípios contábeis atualmente vigentes e as normas emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (...)

Roteiro de Procedimentos atualizado em: 16/03/2023.

Área: Manual de lançamentos contábeis

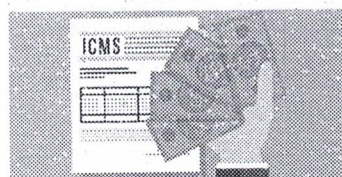


Crédito fiscal do ICMS: Aquisição de combustíveis

Analisaremos no presente Roteiro de Procedimentos as hipóteses de aproveitamento de crédito fiscal do ICMS por ocasião da aquisição de combustíveis por estabelecimento contribuinte do imposto. Para tanto, utilizaremos como base de estudo o Regulamento do ICMS (RICMS/2000-SP), aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, bem como outras fontes citadas ao longo do trabalho. (...)

Roteiro de Procedimentos atualizado em: 16/03/2023.

Área: ICMS São Paulo

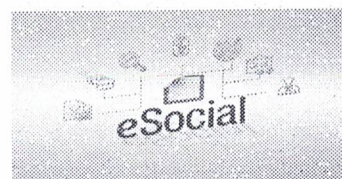


Secretaria da Fazenda avança na simplificação das obrigações tributárias com a eliminação da GIA

O secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita, encaminhou na sexta-feira (10) ao governador do Estado, Tarcísio de Freitas, uma alteração no regulamento do ICMS para desburocratizar as obrigações acessórias aos contribuintes, por meio da dispensa gradativa da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA). A medida significa grande avanço e foi debatida junto a entidades da contabilidade paulista, com o objetivo de promover a racionalização das (...)

Notícia postada em: 13/03/2023.

Área: Tributário Estadual (ICMS São Paulo)

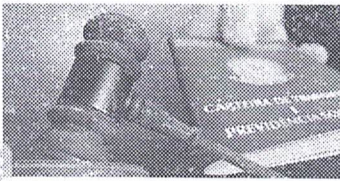


Prorrogada a entrada em produção dos eventos de processo trabalhista

A versão de produção do eSocial será atualizada para a S-1.1 em 16/01/2023, conforme previsto. Contudo, os eventos relativos ao envio das informações referentes aos processos trabalhistas só serão disponibilizados para envio a partir de 1º/04/2023, data a partir da qual a GFIP correspondente será substituída pela DCTFWeb. A Instrução Normativa que trata da substituição da GFIP-Reclamatória pela DCTFWeb deverá ser alterada pela RFB para estabelece (...)

Notícia postada em: 13/03/2023.

Área: Trabalhista (eSocial)

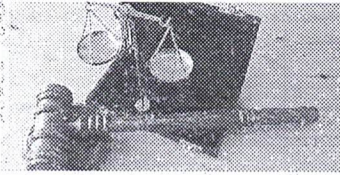


Trabalhadora mineira será indenizada após sofrer piadas gordofóbicas ao solicitar para ligar o ar-condicionado

Dia 4 de março - Dia Mundial da Obesidade. A data é uma oportunidade para se discutir a discriminação contra pessoas gordas, prática preconceituosa que afeta diferentemente a honra, a autoestima e a autoimagem. A prática de gordofobia no ambiente de trabalho tem gerado ações trabalhistas, motivadas por discriminação em razão do peso. Em muitos casos, em que fica provada a prática discriminatória, a Justiça do Trabalho tem reconhecido o direito de inden (...)

Notícia postada em: 08/03/2023.

Área: Judiciário (Direito trabalhista)

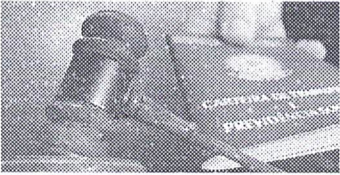


STF suspende decisões que afastam novas alíquotas do PIS/Cofins sobre receitas financeiras

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da eficácia de decisões judiciais que, de forma expressa ou tácita, tenham afastado a aplicação de decreto presidencial que restabeleceu os valores das alíquotas de contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre receitas financeiras de pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa (...)

Notícia postada em: 08/03/2023.

Área: Judiciário (Direito tributário)



Funcionária de Goiás obtém dano moral após empresa noticiar ajuizamento de ação trabalhista

A Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), em decisão unânime, deferiu indenização por danos morais a uma trabalhadora em razão de a empresa para a qual ela prestou serviço ter confessado que noticiou, à suposta futura empregadora, o ajuizamento de ação trabalhista pela ex-funcionária. Prevaleceu o entendimento no sentido de que tal conduta gerou dano à dignidade e à honra da trabalhadora, uma vez que a ré agiu de forma teme (...)

Notícia postada em: 07/03/2023.

Área: Judiciário (Direito trabalhista)

=== MAIS PUBLICAÇÕES ===



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	6º	Data	17 de Abril de 2023	Horas	19:30
Ordinária					
Extraordinária					

Propositura	Nº	ATA	PLC	PLM 039/23	PLL
	PLCL	PDL	Indicação	Moção	
	Outros				

Autor:	
--------	--

APROVADA	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS
α			

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	A
2	David Marques Silva	S
3	Demilson Camargo Martins	S
4	José Ferreira de França	A
5	Sandra Martins	S
6	Silvio Dutra da Silva	A
7	Valcimar José Fuzinato	P
8	Valter Neves de Moura	S
9	Zilmar Assis de Lima	S

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não


Daniel Alves dos Santos Batista
Secretário "AD HOC"